



A EDUCAÇÃO INFANTIL E AS FORMAS DE APRENDIZAGEM: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A INCLUSÃO E O TRABALHO MULTIDISCIPLINAR

Maria Paula Cavalcanti Carvalho ¹
Mariana Amorim de Arruda Silva ²

RESUMO

Neste trabalho, de cunho bibliográfico, propomos uma discussão sobre a inclusão a partir de seus desdobramentos e reflexões, dentro do escopo da Educação Infantil, procurando sustentar discussões acerca dos modos de aprender dialogando com as infâncias e as especificidades de cada criança no contexto escolar. Para isso, buscamos analisar a práxis pedagógica inclusiva e multidisciplinar na Educação Infantil e compreender a importância das equipes multiprofissionais nesses espaços escolares a partir da produção científica dos últimos anos. Utilizamos a base de dados da CAPES, através dos seus periódicos, e a busca foi feita com os seguintes descritores: psicopedagogia, educação infantil, educação infantil e criança especial; assim, conseguimos 469 artigos e desses apenas 16 foram selecionados de acordo com os critérios de análise a fim de atingir os objetivos do estudo. Para análise, foi aplicado o percurso metodológico pela análise de conteúdo (BARDIN, 2006) onde estruturamos as seguintes categorias para análise, que foram: Educação Infantil, Práxis Pedagógica e Equipe Multiprofissional. Desse modo, o estudo revela como o processo de ensino-aprendizagem através da inclusão e do trabalho multidisciplinar é potente, apesar das adversidades do contexto escolar e a necessidade de uma equipe multidisciplinar para potencializar o espaço da Educação Infantil.

Palavras-chave: Inclusão, Educação Infantil, Aprendizagem, Práxis Pedagógica, Equipe Multiprofissional.

INTRODUÇÃO

O estudo a seguir está vinculado ao grupo de pesquisa “A Cultura da Infância nas Políticas e Práticas Pedagógicas na Educação Infantil” da Universidade de Pernambuco, logo, é proposto o debate das discussões ligadas a inclusão dos sujeitos no espaço da Educação Infantil (EI) e as culturas das infâncias presentes no espaço escolar.

Sabemos que a infância demorou muito a ser estudada e analisada, assim, a junção desses estudos e pesquisas voltadas a essa etapa da educação acabou sofrendo com esse histórico referido a essa fase da vida, o que é importante destacar de início é a

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade de Pernambuco – UPE e Participante do Grupo “A Cultura da Infância nas Políticas e Práticas Pedagógicas da Educação Infantil (GRUPEI - UPE)”, mariapaula18carvalho@hotmail.com;

² Especialista em Educação Especial e Inclusiva (FESL) e Graduada em Pedagogia pela Universidade de Pernambuco – UPE e Pesquisadora do Grupo “A Cultura da Infância nas Políticas e Práticas Pedagógicas da Educação Infantil (GRUPEI - UPE)”, mariamorim56@gmail.com;



compreensão atual da criança como sujeito histórico e de direito, desse modo, estando em uma sociedade imbricada de ideologias e concepções a mesma passa a ser vista a partir da ótica vigente no contexto em que está inserida. Logo, como aponta o Ariès (1973) a infância passou muito tempo para ser vista, apenas depois do século XVI que os primeiros indícios são encontrados na história.

Por outro lado, a temática da inclusão é também recente, ganhando grande proporção após a década de 90 com a Convenção de Educação Para Todos, em Jomtien e a organização da Declaração de Salamanca, ambos os documentos que pautaram a inserção dos sujeitos com deficiência aos espaços sociais com ênfase na escola. A partir disso, muitos questionamentos e debates foram travados relacionados às práticas docentes e as possibilidades de aprendizagem.

Assim, pensando a respeito dessas configurações dos olhares para essa etapa da vida e trazendo para a discussão da infância o tema da inclusão (e o processo do trabalho multidisciplinar) gerou em nós uma inquietação para compreender a respeito da produção bibliográfica que entrelaçam essas duas temáticas, o questionamento central foi: “como o espaço da Educação Infantil atende as demandas de inclusão, a partir do trabalho multidisciplinar, pautadas no processo de ensino e aprendizagem?”

Dessa forma, após o levantamento de dados analisamos três categorias: a Educação Infantil, a Práxis Pedagógica e a influência das equipes Multiprofissionais no espaço escolar, tais categorias foram elencadas com o objetivo de debruçar os estudos a questão geral do trabalho, que está ligada diretamente aos processos de aprendizagem no cotidiano escolar para vivenciar a inclusão.

METODOLOGIA

Adotou-se o percurso metodológico pela análise de conteúdo, sendo feita inicialmente uma leitura de todos os resumos, ao final dessa triagem foram selecionados 16 artigos que atenderam os objetivos do estudo.

Logo, Bardin (2006) explicita que a análise de conteúdo é dividida em três etapas: organização, codificação e categorização. Assim, a nossa organização pautou a fase do levantamento bibliográfico e organização dos fichamentos, a codificação foi levada dentro do contexto da unidade de registro sobre a inclusão e a categorização foi realizada na análise de dados dos trabalhos encontrados.



A base de dados que utilizamos foi o periódico da CAPES, logo, foram feitas duas buscas, cada uma contou com dois descritores que foram os seguintes: a primeira: educação infantil e psicopedagogia, a segunda: educação infantil e criança especial³. A data de acesso à base de dados foi no dia 6 de fevereiro de 2020. Ao total foram encontrados 469 artigos com período de recorte de tempo de 2015 a 2019, e como critérios de inclusão foi feito um recorte de tempo selecionando-se apenas artigos publicados nos últimos cinco anos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O (re)conhecimento a respeito da infância, como enxergamos hoje, é fruto de um processo histórico longo e de muita luta, assim, é fundamental retomar a ideia que cada sociedade constrói sua concepção de infância de acordo com o contexto, ou seja, as ideologias e ideias vigentes ditam como enxergaremos a infância e, conseqüentemente, a criança em nossa sociedade. Logo, a concepção atual de criança e infância que temos é muito diferente do que foi postulado em décadas passadas. Compreender a construção social da concepção da criança e, também, da infância nos ajuda a analisar o que acontece nos ambientes educativos de forma crítica e reflexiva. Assim:

[...] é preciso aceitar que a infância, tal qual é entendida hoje, resulta inexistente antes do século XVI. A vida era relativamente igual para todas as idades, ou seja, não havia muitos estágios e os que existiam não eram tão claramente demarcados. Por exemplo, as crianças tinham muito menos poder do que atualmente têm em relação aos adultos. (ARIÈS, 1973 *apud* NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA, 2011 p.3)

Desse modo, a criança passou muito tempo sendo marginalizada socialmente, apenas na Idade Moderna (século XVII) que se concebe o início da construção da concepção de infância. Esse período é marcado por um ideário de que as crianças são frágeis e dependentes e que somente os cuidados dos adultos poderiam torná-los “adultos socialmente aceitos” (LEVIN, 1977 *apud* NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA, 2011 p.5). A criança passou a ser vista como um ser frágil e incapaz e que precisava do adulto controlando-a de todas as formas possíveis para lhe moldar. É nesse sentido que “o surgimento das instituições de educação infantil esteve de certa forma relacionado ao

³ Criança especial foi um termo usado como descritor, no entanto compreendemos não ser um termo mais usual, a utilização ajudou na captação de trabalhos mais antigos dentro do tempo do levantamento bibliográfico.



nascimento da escola e do pensamento pedagógico moderno, que pode ser localizado entre os séculos XVI e XVII” (BUJES *apud* CRAIDY; KAERCHER, 2001, p. 14) que a sociedade começou a se preocupar e pesquisar sobre o desenvolvimento da criança e as infâncias.

Observamos atualmente que o reconhecimento da criança como sujeito de direito passou por diversas concepções/construções ao longo de toda a história da humanidade contribuiu para a criação e estruturação do sistema educativo. Para exemplo temos dois documentos oficiais para a Educação Infantil que considera a criança como sujeito histórico e produtor de cultura, pensando em sua singularidade e nas fases de seu desenvolvimento. São eles: “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil” (1998) e as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil” (Brasília, 2010) que traz a concepção de criança:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, construtor de cultura influenciará no modo educacional que será implantado e praticado nas redes de ensino. (MEC, 2010, p.12)

Assim, a construção das escolas, no Brasil e no mundo, foi influenciada pela concepção de infância que permeia as sociedades até os dias de hoje. Logo, as ações vivenciadas em sala de aula, muitas vezes, são reflexos dessas concepções mantidas por muito tempo em nossa sociedade.

No que se refere à educação inclusiva é preciso destacar que a inclusão, postulada a partir da Declaração de Educação para Todos (1990) visa promover uma escola acessível e democrática. Assim, é preciso acreditar que o processo de inclusão, como é pontuado por diversos autores (CHIOTE, 2015; CUNHA, 2015, 2016; DRAGO, 2014), não é um mecanismo de cura ou normalização, mas sim, o meio pelo qual as crianças conseguem - em conjunto - trabalhar suas habilidades e aprendizagens de modo diferenciado.

Sendo assim, é preciso que o planejamento e currículo sejam flexíveis às necessidades externadas pelos educandos para que desse modo exista a possibilidade da apreensão de conhecimentos. A inclusão é um grande desafio para os sistemas educacionais vigentes em nossa sociedade visto que as estruturações das práticas estão pautadas em um ensino bancário, ou seja, um ensino que pretende depositar os



conhecimentos dos mestres nos educandos desconsiderando que estes são sujeitos com conhecimentos prévios e que tem suas singularidades. Assim,

Tais escolas são capazes de ensinar a turma toda. A possibilidade de ensinar todos os alunos, sem discriminação nem práticas de ensino diferenciadas para alguns, deriva, pois, de uma reestruturação do projeto político-pedagógico como um todo e das reformulações que esse projeto exige da escola para que esta se ajuste a novos parâmetros de ação educativa. (MANTOAN, 2015, p. 67)

Segundo Mantoan (2015), não devemos focar nas dificuldades e limitações dos sujeitos, mas sim criar estratégias para mediar os processos e atividades realizadas no ambiente escolar. Desse modo, acreditamos que os postulados de Freire (1996), no que tange a educação libertadora, na defesa de uma prática crítica e reflexiva são pertinentes à prática docente inclusiva, visto que é por meio dela que o/a professor/a reconhece as individualidades no processo de construção da aprendizagem e também, nesse caminhar, possibilita que todos aprendam, temos em Freire (1996, p.22):

O pensar certo sabe, por exemplo, que não é partir dele como um dado, que se conforma a prática docente crítica, mas também que sem ele não se funda aquela. A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. [...] Por isso, é fundamental que, na prática da formação docente, o aprendiz de educador assuma que o indispensável pensar certo não é presente dos deuses nem se acha nos guias de professores que iluminados intelectuais escrevem desde o centro do poder, mas, pelo contrário, o pensar certo que supera o ingênuo tem que ser produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o professor formador.

Sendo assim, compreender a inclusão escolar exige do/a professor/a uma reformulação de suas concepções, num movimento de práxis, para que possa atuar na/para a inclusão. Percebemos o quanto é necessário que haja um investimento no trabalho em equipe e também na organização de profissionais multidisciplinares dentro do espaço escolar, como profissionais de psicologia e psicopedagogia para que possam conferir novas possibilidades à Educação Infantil cada um investindo na área a qual domina procurando, em equipe, construir estratégias para a inclusão. Para Loffler et al. (2017, p. 604):

A partir das experiências vivenciadas com as crianças e suas famílias, destacamos que o foco de trabalho da equipe multidisciplinar tem sido o de apoiar o trabalho desenvolvido nas turmas, colaborando nas formações a partir do olhar de suas áreas, na construção dos planejamentos e registros das crianças, ajudando professores, educadores e bolsistas a melhor compreenderem as crianças e indicando possibilidades de atuação a partir de suas singularidades e necessidades, bem como na atuação junto às crianças, prioritariamente nas salas de suas turmas, com o objetivo de auxiliar o trabalho de professores, educadores e bolsistas.



Assim, o trabalho do psicólogo na Educação Infantil não necessariamente será na perspectiva de clínica, com espaço determinado em uma sala de atendimento numa relação terapêutica entre criança e psicólogo. Logo, a equipe multidisciplinar, especificamente com o trabalho do/a psicólogo/a, tem mostrado criatividade e intervenções que desmontam as ideias do senso comum sobre ser psicólogo/a na escola no processo de inclusão. Loffler et al. (2017) enfatiza que a atuação dos/as docentes, pedagogos/as, bolsistas da Educação Especial e da psicologia se edificam a partir de parceria e diálogo sempre com metas para o desenvolvimento das crianças, as intervenções acontecem na própria sala de aula contemplando a todas as crianças, independente, da existência de deficiência.

Ainda afirma que “esse tem sido um fator que colabora para o envolvimento das crianças com deficiência nas propostas, uma vez que se sentem motivadas pelos seus colegas e temos evitado a “marca” de que aquela criança é alguém que sai da sala para o atendimento.” Loffler et al. (2017, p.593) Ou seja, a equipe multidisciplinar na Educação Infantil atua, por meio dos profissionais, para incluir num caminho em que as ações se entrelaçam, logo, há uma conexão nas ações possibilitando novos caminhos na aprendizagem. Outro aspecto positivo da atuação da psicologia na escola é o aumento do diálogo com as famílias, pois de acordo com Delvan, Ramos e Dias (2002, p. 58):

[...] É nesta perspectiva que a contribuição da psicologia no espaço escolar vem auxiliar nas mudanças de situações educativas. A participação do psicólogo escolar/educacional está em mediar essa relação, ou seja, este profissional pode trazer questões que favoreçam o contato entre a família e o ambiente educativo, de extrema importância para que a criança se desenvolva plenamente.

Compreendemos que a equipe multiprofissional tem muito a contribuir ao espaço escolar, pois é através dela que outras estratégias podem ser estruturadas a partir das demandas evidenciadas pelas crianças. Assim, cada membro dessa equipe enxergará a criança para além dos estigmas que a deficiência carrega, transformando o espaço escolar em um ambiente acolhedor que compreende a criança com deficiência fortalecendo as práticas inclusivas na Educação Infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após todo o mapeamento do estado da arte e construção de uma síntese aprofundada dos estudos elegemos as categorias de análise para essa pesquisa, sendo elas: *Educação Infantil, equipe multidisciplinar e a práxis pedagógica.*



Nos artigos lidos percebeu-se que a Educação Infantil se compromete na garantia dos direitos de aprendizagem da criança e quando analisamos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) vimos que essa promove direitos, como: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se afirmando que os mesmos devem ser trabalhados para que a aprendizagem se efetive. (BRASIL/MEC, 2018).

A prática dos direitos de aprendizagem está vinculada no cotidiano das crianças em seus primeiros anos de vida, o brincar e a brincadeira aparecem em um grande número de vezes nos estudos sendo considerados essenciais para a estimulação precoce seja de crianças com deficiência ou não, visto que a orientação é para a estimulação de todos os sujeitos que estejam no ambiente escolar através do trabalho do desenvolvimento cognitivo, psicomotor, emocional. Esse direito foi identificado nos artigos que tratavam de estudo de caso com crianças autistas, com síndrome de Down, dentre outras.

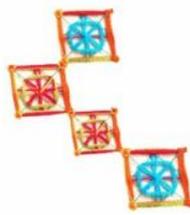
Percebemos que as atividades na Educação Infantil são pautadas no brincar e na ludicidade e todas as crianças, independente do contexto que vivem e de sua singularidade, têm seu desenvolvimento estimulado pelo brincar na primeira infância. De acordo com Freitas e Corso (2016) o brincar desvela habilidades no campo psicomotor, afetivo, psíquico, cognitivo e habilidades de leitura e escrita podem ser trabalhadas a partir de brincadeiras tradicionais e ao revisitar a BNCC (BRASIL/MEC, 2018, p. 37) temos a seguinte afirmação:

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e dela com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções.

Os artigos mostraram como o brincar (enquanto direito de aprendizagem que compõe a Educação Infantil), permite diferentes formas de aprender, incluindo crianças de contextos diferentes e de necessidades específicas, onde sempre tinha um mediador no momento e a mesma expressava-se de diversas formas como também sentia e entendia a atividade.

A BNCC (BRASIL/MEC, 2018) ainda reitera o brincar como um direito da etapa da Educação Infantil convocando diferentes parceiros (crianças e adultos) ampliando e diversificando seu acesso a conhecimentos, criatividade, experiências emocionais, sensoriais, expressivas, cognitivas, dentre outras.

Nos estudos analisados Sá, Siquara e Chicon (2015) ao fazerem referência a uma criança elucidam que a mesma explora o brinquedo nas suas mais distintas possibilidades



de forma criativa e autônoma, ao mesmo tempo estava aprendendo experiências corporais diferenciadas, descobrindo suas possibilidades diante daquele brinquedo.

Quanto às questões relacionadas à *equipe multidisciplinar* deve-se acentuar que o papel do/a psicopedagogo/a, psicólogo/a, professor/a regente, professor/a de apoio, gestor/a, coordenador/a, e demais que compõem o cenário escolar é determinante na tessitura de novas formas de aprendizagem sendo o vínculo e a afetividade a mola-propulsora para que a mesma se efetive no processo de inclusão na Educação Infantil. Alguns estudos indicam o diálogo entre profissionais dentro da própria escola. Nascimento (2019) debate que cada criança tem um processo de desenvolvimento diferente e cada uma tem um ritmo para aprender, assim, nesse momento é fundamental que a equipe multiprofissional da escola trace metas para analisar individualmente cada criança adequando os conteúdos de acordo com as necessidades de cada uma, e isso contribui para desencadear na criança as suas potencialidades.

Ao passo disso, os estudos demarcaram que grande parte dos/as professores/as regentes precisam de atenção, cuidado e suporte para que possam incluir crianças com deficiência sendo importante um suporte da equipe multiprofissional e/ou profissionais de áreas específicas para construir cenários possíveis para incluir na Educação Infantil. Muitas escolas ainda não têm um apoio multiprofissional, desse modo, o/a professor/a dispõe de variadas demandas e desafios, e a ajuda de outros profissionais para que possa lhe auxiliar na concretização da inclusão se faz importante como orientação e planejamento de acomodações para que seja possível a execução de seu trabalho. Ao falar de crianças com transtornos em sala de aula afirma-se que:

Além disso é essencial que tais sujeitos recebam intervenção multiprofissional com médicos, fonoaudiólogos e psicopedagogos. Porém, esses profissionais devem estar em interação constante, de modo a maximizar a evolução global da criança. Nesse sentido a intervenção isolada na escola não é indicada. (SANDRONI, CIASCA e RODRIGUES, 2015, p. 11).

Ter um suporte de profissionais de áreas diferentes na Educação Infantil é uma oportunidade para que haja o diálogo e as mudanças necessárias à inclusão, a psicologia escolar/educacional, por exemplo, pode contribuir ajudando a fortalecer mais ainda a relação professor/a - aluno/a no que abrange questões emocionais auxiliando assim nos processos de ensino-aprendizagem. Para Delvan, Ramos e Dias (2002) a psicologia escolar/educacional atua para que haja transformações no contexto do ensino-aprendizagem e a partir das relações existentes educador/a -criança e criança-criança, o/a



psicólogo/a enquanto mediador/a auxilia nas questões pertinentes à educação promovendo a ação psicológica de âmbito preventivo e contemplando a escola em sua totalidade.

Já no que se refere à *práxis pedagógica* notou-se que alguns docentes, quanto a sua formação, não tiveram a oportunidade de estudar sobre a Educação Infantil inclusiva de modo mais aprofundado, seja na graduação ou na formação continuada, no entanto nota-se também que mesmo com o estudo teórico o fazer pedagógico se faz realmente no contato com as crianças. Mesmo quando esses profissionais fazem formações com ênfase em inclusão e/ou educação especial continuam se sentindo despreparados para lidar com uma criança com deficiência. Para Castro e Giffoni (2017) os/as professores/as de Educação Infantil não se sentem preparados para trabalhar com as crianças autistas, esses profissionais consideram que a pós-graduação ajuda como também o apoio pedagógico, por conseguinte consideram que ainda não há totais condições para lidar com o comportamento de uma criança com autismo.

Castro e Giffoni (2017, p.104) ao se referirem a professoras de uma pesquisa que foi realizada enfatizam que “[...] a experiência em sala de aula com alunos com TEA é o que as prepara para tal desafio. Especialistas para treinamento e intervenção são necessários”. Devemos destacar que a *práxis* do/a professor/a também tem sido transformadora através do afeto construído entre mediador e criança, e assim a criança banhada desse afeto se desenvolve muito mais.

Enquanto pesquisadoras é imprescindível pensarmos sobre a *Práxis* educativa como agente transformador e libertador a partir da ação do homem no mundo. Nos estudos analisados é possível perceber que muitos professores/as podem alcançar melhores resultados se trabalharem realizando novas reflexões de sua prática. De acordo com Anunciação, Costa e Denari (2015) o/a estudante tem seu próprio desenvolvimento natural, porém a mediação pedagógica contribui para o avanço no desenvolvimento do mesmo, porém a literatura precisa investir em pesquisas para que se possa conhecer e criar práticas pedagógicas que sejam coerentes às necessidades de aprendizagem de alunos com síndrome de Down.

De acordo com Engelmann e Soranço (2016) a pedagogia freireana não é passiva ou formada pelas pressões do ambiente, por conseguinte se refere a um sujeito que a partir daquilo que possui significa a experiência vivida, e a partir dessas significações extrai os



recursos libertadores para a práxis pedagógica. Engelmann e Soranço (2016) ainda declaram que a prática pedagógica deve conter consciência do inacabamento, apreensão da realidade, tomada consciente de decisões, alegria e esperança, risco, aceitação do novo, reflexão crítica sobre a prática e convicção de que a mudança é possível. Ou seja, mesmo diante de tantas incertezas e dificuldades que surgem no âmbito escolar o professor a partir de suas potencialidades pode ressignificar seu fazer à medida que adota um olhar de empoderamento para si próprio, é preciso que ele acredite na força que tem, e a partir daí lançando-se ao novo alcançará a mudança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa faz refletir o quanto se deve requisitar que a Educação Infantil seja múltipla, ou seja, que uma equipe multiprofissional esteja associada nessa etapa de ensino com o objetivo de contribuir e orientar a equipe para lidar com a inclusão. Quanto ao processo de mediação as pesquisas mostram como a afetividade e o olhar de potencialidade do educador para a criança com deficiência revoluciona a Educação Infantil e, conseqüentemente, a inclusão.

É preciso que o espaço da Educação Infantil seja de mudança sempre no sentido de contribuir para o desenvolvimento integral da criança, logo, respeitando a realidade de cada uma, pois o processo de ensino-aprendizagem se instaura a medida que o saber do/a professor/a é refletido e os modos de se fazer valer a aprendizagem devem ser vistos sempre como inacabados, visto que as demandas surgem continuamente e o inesperado sempre acontece.

O estudo convoca também novas pesquisas científicas que debatam sobre inclusão buscando novos rumos para a primeira infância. Algumas lacunas encontradas nas pesquisas dessa base de dados e com os descritores usados, visto que não se pode generalizar é que a maioria dos artigos selecionados fala de (1) crianças autistas e (2) criança com síndrome de Down, e sente-se a necessidade de pesquisas na Educação Infantil com crianças incluídas que tenham outros tipos de deficiência de modo a alargar a possibilidade de estudos e de infâncias vividas nessa etapa de ensino no processo de inclusão.

É instigante ver que mesmo nessa pequena amostra de 16 artigos encontramos tantos trabalhos ricos de inclusão na Educação Infantil e os resultados só reafirmam o



quanto as crianças evoluem em seu desenvolvimento se tiverem a oportunidade de aprender, e por fim um ponto muito importante é a afirmação da luta e persistência dos docentes, o/a professor/a em sua Práxis tem muita força para fortalecer a inclusão à medida que ele reconhece sua capacidade e percebe as possibilidades de transformar e emancipar muitos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ANUNCIACÃO, L. M. R. M.; COSTA, M. P. R.; DENARI, F. E. **Educação infantil e práticas pedagógicas para o aluno com síndrome de Down: o enfoque no desenvolvimento motor.** Revista brasileira em educação especial, Marília, v. 21, n.2, p.229-244, 2015.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** 2ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara: 1973. p.279

BARDIN, L. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads). Lisboa: Edições 70. Obra original publicada em 1977.

BRASIL, MEC. **Base nacional comum curricular.** Educação é a base, 2018.

BRASIL, MEC. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.** 2010. Disponível em <<http://mec.gov.br/>>

CASTRO, A. C.; GIFFONI, S. D. A. **O conhecimento dos docentes de educação infantil sobre o transtorno do espectro autístico.** Revista psicopedagogia, São Paulo, vol.34 n. 103, p. 98-106, 2017.

CHIOTE, F. A. B. **Inclusão da Criança com Autismo na Educação Infantil: trabalhando a mediação pedagógica.** 2ed. – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015. 148p.

CRAIDY, C. M. & KAERCHER, G. E. **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001. 164p.

CUNHA, E. **Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** 6 ed. Rio de Janeiro: Wak ed., 2015. 140p.

CUNHA, E. **Autismo na Escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar.** 4 ed. Rio de Janeiro: Wak ed., 2016. 144p.

DELVAN, J. S.; RAMOS, M. C.; DIAS, M. B. **A psicologia escolar/educacional na educação infantil: o relato de uma experiência com pais e educadoras.** Revista Psicologia: teoria e prática, São Paulo, v. 4, n. 1. p. 50-60, 2002.

DRAGO, R. **Inclusão na Educação Infantil.** 2 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.



ENGELMANN, A. K.; SORANÇO, A. P. **Paulo Freire: Educação, Conhecimento e Práxis pedagógica.** Chapecó, SC, 2016. 24f. (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia) - Universidade Federal da Fronteira do Sul, UFFS, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** Editora EGA. 1996.

FREITAS, C. N.; CORSO, H. V. **A psicopedagogia na educação infantil: o papel das brincadeiras na prevenção das dificuldades de aprendizagem.** Revista psicopedagogia, São Paulo, vol. 33, n.101, p. 206-16, 2016.

JOMTIEN, **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades de aprendizagem.** Tailândia, 1990.

LOFFLER, D. et al. **O trabalho multidisciplinar voltado à Educação Inclusiva: uma importante experiência vivida na Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo/UFSM.** In: 1º seminário luso-brasileiro de educação inclusiva: o ensino e a aprendizagem em discussão, 2017, Rio Grande do Sul. <https://editora.pucrs.br/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/#inicio>, Rio Grande do Sul: PUCRS, 2017, p.592-606.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer? 1.** Reimpressão – São Paulo: Summus, 2015. 96p.

NASCIMENTO, M. A. **O trabalho do psicopedagogo na educação infantil de crianças com deficiências.** Revista internacional de apoio à inclusão, logopedia, sociedade e multiculturalidade, Cabo de Santo Agostinho, vol. 5, n. 2, p. 83-97, 2019.

NASCIMENTO, C. T. BRANCHER, V. R. e OLIVEIRA, V. F. **A construção social do conceito de infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas.** 2011. 17p. (Base de dados da UFSM-GEPEIS) Disponível em <<http://coral.ufsm.br/gepeis/wp-content/uploads/2011/08/infancias.pdf>> acessado em: 07/09/2017 às 14:27.

SÁ, M. C. S.; SIQUARA, Z. O.; CHICON, J. F. **Representação simbólica e linguagem de uma criança com autismo no ato de brincar.** Revista brasileira de ciências do esporte, Porto Alegre, vol.37, n.4, p. 355-361, 2015.

SANDRONI, G. A.; CIASCA, S. M.; RODRIGUES, S. D. **Avaliação da evolução do perfil motor de pré-escolares com necessidades educativas especiais após intervenção psicomotora breve.** Revista psicopedagogia, São Paulo, vol.32, n.97, p.4-13, 2015.